

PODER POLÍTICO E RELIGIÃO NO MUNDO CRISTÃO DA ALTA IDADE MÉDIA

Fernando da Conceição Barradas *

Resumo

O cristianismo nasceu com caráter universalista e, por isso, desinteressado do poder político. À medida em que os príncipes se convertiam à nova religião, a doutrina foi sendo adequada e os dois poderes, o eclesiástico e o civil, passaram a disputar a hegemonia, produzindo disputas e antagonismos sem precedentes.

Abstract

The cristianism was born with universalist character and, because of that, disinterested of political power. According as the princes changed into the new religion, the doctrine was being fitted and the two powers, the ecclesiastic and the civil, passed to dispute the hegemony, producing disputations and antagonisms unexampled.

Introdução

Na Idade Média, a Igreja Católica participou ativamente do poder político. Essa intimidade foi conflituosa e dependente pela própria natureza

político cultural do período. Os mil anos de medievalismo, vividos pelo oeste europeu, foram todos de antagonismos, que se refletiram em discussões, cujo tema girou em torno da hegemonia de um poder sobre o outro.

1. Início da União - Interferência Laica

No Império Romano, o imperador era o sumo pontífice, detentor do poder religioso.

O cristianismo surgiu com total desinteresse pelo poder temporal. Tinha caráter universal, não alimentava qualquer idéia de dominar politicamente o Império. Por isso, uma das maiores aspirações do cristianismo foi obter sua completa autonomia do Estado.

Sob Constantino (312-337), a Igreja sofria ainda completo controle do Estado. O Papa Gelásio I (492-496), sustentou a teoria da coexistência e da separação dos dois poderes. Afirmava o Papa que, nas coisas laicas, o imperador era superior, porém, o bispo era superior ao imperador no domínio eclesiástico. Se estes fossem unidos, praticar-se-iam deploráveis abusos no seio da Igreja.

O batismo de Clóvis, rei dos francos, em Reims, das mãos de São Remígio, bispo católico, em 496, marca o início da união do poder político do catolicismo. Os francos conquistam quase toda a

* Docente da UNIPAR

Europa, estabelecem uma hegemonia política sobre os territórios europeus, cujo auge ocorreu com Carlos Magno. Em 511, foi realizado o Concílio de Orléans, e desde esse tempo, ninguém podia ser consagrado sem a permissão do rei. Foi quando começou a dependência da Igreja em relação ao Estado. O catolicismo na França sempre se caracterizou por essa atitude de submissão. A transformação da Gália em França mostrou sempre a intervenção do rei na nomeação dos membros do episcopado. O surgimento dos monges irlandeses, em diversos pontos da Europa, no século IV, inspirados por São Columbano, vai desencadear, em todo oeste europeu, o surgimento de dezenas de mosteiros, cujos membros lutaram como ascetas, apóstolos e eruditos, para legitimar a vida cristã e evangelizar os pagãos.

Aos poucos, suevos e visigodos também foram evangelizados. As famílias visigóticas foram os últimos a renunciar, na Europa, ao arianismo. Em 589, os últimos arianos espanhóis, mediante um concílio realizado em Toledo, renunciaram à sua fé e aderiram ao catolicismo. Toledo se constituiu numa espécie de grande diocese nacional. Seus bispos eram nomeados pelos reis.

2. A Itália sob Ameaça Lombarda

Gregório I (Papa de 590 a 604), além de se constituir no principal defensor da ortodoxia da fé católica e de sistematizar os cultos, enfrentou, no seu pontificado, a invasão da Itália pelos lombardos. Embora a Itália estivesse nominalmente sob domínio do Império de Bizâncio, este era demasiado fraco para repelir os invasores. Em 598, depois de prestar grande serviço de assistência social ao seu povo e sem ser chefe político de Roma, mas súdito de Bizâncio, conseguiu uma trégua de trinta anos com os invasores. Naqueles anos, foi ele, verdadeiramente, o governante de Roma.

3. Avanço da Evangelização

Os monges beneditinos, em seu pontificado, consolidaram principalmente a conversão de bretões

e a organização do catolicismo na Bretanha, com a criação de várias dioceses. Gregório II e III, seus sucessores, expandiram a organização da Igreja em outras regiões européias, especialmente na Alemanha, onde se destacou o notável trabalho de São Bonifácio. Acabaria sendo ele também reformador e consolidador da Igreja na Gália, reformulando dioceses e fundando outras. Os reis e príncipes, no entanto, mostraram-se hostis a São Bonifácio, porque ele procurou restaurar a ordem clerical.

4. Século VIII: Crise do Papado com Bizâncio e o Avanço Muçulmano

O cristianismo na Europa, no século VIII, sofreu um cerco causado pela expansão político-militar do islamismo. Os árabes atravessaram Gibraltar, em 711, para conquistar a Península Ibérica e em 717 sitiaram Constantinopla que quase caiu. A cristandade viveu momentos de infortúnio. A Europa se via ameaçada por uma nova religião. Em Constantinopla, o imperador Leão III conseguiu repelir os muçulmanos e, na região da Gália, Carlos Martel conseguiu detê-los em 732, em Poitiers. A situação, crítica vivida pelo catolicismo do Ocidente, enfraqueceu o controle de Roma sobre a Igreja do Oriente. A grande figura do cristianismo nesse momento foi o imperador bizantino Leão III, lutador contra o islamismo. Para confirmar seu poder sobre o clero, determinou a remoção das imagens de todas as igrejas. Perseguiu e prendeu clérigos que resistiram às suas ordens. Estendeu ao Ocidente a proibição iconoclástica. Como o papa não aceitasse suas determinações, Leão III enviou uma frota militar para invadir a Itália e depor o pontífice. Tal como no episódio da "Invencível Armada", uma tempestade do Mediterrâneo destruiu os navios bizantinos e salvou o papa desafiante. Constantino V (741 - 775), sucessor de Leão III, manteve as determinações anti-iconoclásticas e a resistência do clero regular culminou em muitas perseguições, torturas e mortes por todo o império. Só com a morte de Constantino, as perseguições se afrouxaram e o

Papa Adriano I (771 - 795) restabeleceu as ordens de se fazer reverência às imagens. Tal episódio, que teve desdobramentos até o século IX, fortaleceu a cisão que já existia entre os bispos do Oriente e Roma.

5. A Aliança se fortalece com os Francos

Carlos Martel que, em 732 conseguiu conter os árabes na Gália, possibilitou a formação de uma nova dinastia franca, a dos carolíngios, que se iniciou com Pepino, o Breve, seu filho, e atingiu o auge no século IX, com Carlos Magno (768 - 814), seu neto. Carlos Magno acabou sendo consagrado rei pelo Papa Estevão II, que usou em suas palavras “a entronização em nome de Deus”. Essa aliança fortalecida permitiu que os papas na Itália fossem também governantes temporais, devido à proteção político-militar dos francos. Carlos Magno estimulou o desenvolvimento cultural, produziu um renascimento que acabou dando ao clero e aos mosteiros amplo predomínio cultural sobre toda sociedade européia da época.

As incursões lombardas aos territórios pontificiais situados na Itália Central contavam com a defesa dos reis francos ao papa. O sul da Itália era nominalmente território bizantino, o que colocava o papa entre dois fogos. Com essa situação, estes viviam grande inquietação, embora os lombardos também se tivessem tornado cristãos. Carlo Magno, ao derrotar os lombardos, de certa forma conseguiu uma espécie de soberania sobre a Igreja do Ocidente. A decadência de Bizâncio afastou o perigo que pairava sobre a Itália. Carlos Magno governou seu imenso império através da religião comum de seus povos. Os saxões, na Germânia, só foram convertidos depois de derrotados por Carlos Magno. A influência da Igreja cresceu a tal ponto que ela passou a defender a autoridade eclesiástica sobre a laica. O Papa Nicolau I (papa de 858 a 867), sustentava a superioridade do poder eclesiástico e convidava o clero a recusar obediência aos maus príncipes. No

entanto, Luís, o piedoso, filho de Carlos Magno, nomeava os bispos e os papas.

6. O Sacro Império e a Intimidade com o Poder Eclesiástico

A Europa sofreu novas invasões de povos inimigos nos séculos IX e X. Sarracenos, islamitas, búlgaros, húngaros e normandos saquearam a Europa do mar Báltico ao Mediterrâneo e em toda sua orla.

Essa situação política pulverizou a Europa em milhares de feudos e, em consequência, desapareceu o saber, e o clero decaiu quanto à disciplina, hierarquia e conhecimento. As antigas tradições religiosas ficaram ameaçadas. Barões libertinos infiltraram-se no seio do clero. A diocese era um legado pessoal e o poder transferido de pai para filho. Por isso é que muitos historiadores afirmam que no momento em que a Igreja Católica se preparava para assumir o poder político teve os seus planos postergados, devido aos duzentos anos dessas invasões. Em meio a essas invasões, os restos do Império Franco, na Germânia, se reorganizaram como uma monarquia eletiva, cujo rei era escolhido pelos grandes eleitores. Esse sistema de escolha dá início a uma nova dinastia naquela região, a dos saxões, que se desenvolveu com Otão I (rei em 936) cujo império ficou conhecido como Sacro Império Romano Germânico. Além da Germânia, o Império Saxão compreendia regiões da Normandia, na França, da Alta Itália, além da Hungria e regiões do Danúbio. Otão I tinha a pretensão de reeditar militarmente o antigo Império Romano, mas os saxões decaíram a partir do século XI. Otão I levou o cristianismo aos húngaros, escandinavos e boêmios por volta do ano mil. A Europa começou a se estabilizar novamente. Otão I, ao ser coroado pelo papa, jurou fidelidade e proteção ao sumo pontífice e, com isso, criou-se uma ligação forte do poder laico com o

eclesiástico e as mesmas ingerências na constituição dos quadros eclesiásticos dos tempos dos carolíngios.

7. A Fundação da Ordem de Cluny

A fundação da Ordem de Cluny, em 910, por Guilherme da Aquitânia (duque), foi uma reação aos desmandos que então se praticavam. Tão importantes foram os clunianos nesses momentos de crise, que os seus membros se tornaram espécie de conselheiros dos papas e reis em situações problemáticas. Perto do ano mil, até a Igreja inglesa, a mais desorganizada do Ocidente, começou a ser reformada por influência da ordem cluniacense. Começou a tomar corpo a idéia de aperfeiçoar a Igreja quanto à disciplina, à organização e à resistência da intromissão laica. O plano era transformar a Igreja numa federação de bispados, numa instituição monárquica, isto é, centralizada. Papas continuavam sendo depostos pela nobreza ou pelo imperador. Clemente II, prelado alemão, foi colocado no trono de São Pedro, depois que o imperador germânico Henrique III (1039-1056) invadiu Roma e depôs o papa que pontificava, Benedito IX, em 1044. Clemente, por sua vez, acabou sendo envenenado. Este foi apenas um caso, dentre muitos, em torno da disputa do poder pontifical.

8. A Criação do Colégio de Cardeais em 1059

No século XI, com a Europa se estabilizando após as invasões, muitos concílios foram realizados pela volta às antigas tradições. A criação do Colégio de Cardeais em 1059 (Nicolau II), como órgão responsável pela eleição do papa, foi um passo decisivo no sentido de se efetuar essa Reforma. A eleição de cada novo papa era sempre ocasião de pressões políticas de parte da nobreza do Lácio e do imperador do Sacro Império, que dominava também a Alta Itália. Foi concluído o Colégio de Cardeais,

que seria apenas de prelados italianos, especialmente de Roma e da região do Lácio. Seu caráter mais “universal” só surgiu com o tempo. A centralização possibilitou a evolução do Direito Canônico.

Surgiram vários livros de leis canônicas, culminando com a obra de Graciano, as científicas “Leis Canônicas”, poderoso instrumento de manutenção da ordem. Formaram-se as cortes eclesiásticas que julgavam questões de testamentos, casamentos, conflitos entre organizações eclesiásticas, crimes cometidos por clérigos e tantas outras indignidades. As cortes eclesiásticas evoluíram tanto quanto a autonomia e competência. Estas se chocam nos séculos seguintes com os mecanismos de justiça real. O imperador começou cada vez mais a ter ásperos conflitos com o clero. O caso mais notório foi o que envolveu Henrique II, da Inglaterra, e o arcebispo da Cantuária, Tomás Becket, que acabou sendo assassinado. O Direito Canônico passou a ser extensivo ao clero no sentido de proibir casamentos. Muitos padres tinham esposas ou companheiras.

O concubinato dos padres era denominado nicolaísmo. Os padres que possuíam prole, favoreciam os filhos quanto à posse e à exploração das terras da Igreja como se fossem uma herança pessoal. A simonia, outra prática que precisava ser coibida pela Reforma da Igreja, consistia na venda dos cargos eclesiásticos mais cobiçados. Príncipes leigos financiavam bispos de uma determinada área, para ter influência política sobre ela. A simonia levava a nobreza a promover também guerras entre si. As disputas por cargos eclesiásticos foram mais acirradas em regiões germânicas, divididas em centenas de feudos, às vezes antagônicos.

Por isso, os canonistas do século XII mostravam o juramento de fidelidade feito pelo imperador Otão I ao Papa, para justificar a supremacia eclesiástica sobre a Laica. Os estudos do Direito Romano consideravam legítimo o poder dos césares romanos. Invocavam o Pandectas (Código de Justiniano) na defesa da legitimidade e supremacia do imperador.

As divergências se acentuavam até culminar

com o episódio da “querela das investiduras” entre o imperador germânico Henrique IV e Gregório VII, deposto pelo imperador em 1084. O episódio só foi solucionado posteriormente com o acordo denominado Concordata de Worms (1122), que assegurou que, desse momento em diante, todas as eleições de bispos e abades deveriam ser feitas livremente pelos próprios eleitores eclesiásticos.

Conclusão

Os acontecimentos da Alta Idade Média nos mostram um relacionamento do poder político com a igreja, da seguinte ordem:

a) o poder religioso contou com forte apoio do imperador, especialmente dos francos carolíngios e dos saxões para se institucionalizar como único credo e única crença na Europa, mas a este se submeteu e com ele conflitou;

b) a evangelização dos povos bárbaros pelos monges irlandeses e pelos beneditinos fez do catolicismo o pilar sobre o qual se assentaram a cultura e o poder político na Europa. Os clunianos, a partir do século X, acabaram se tornando a milícia espiritual do catolicismo, num momento em que o simonismo, o cesaropapismo e o nicolaísmo minavam moralmente toda a estrutura eclesiástica. Exerceram grande influência nos mosteiros, mas só indiretamente sua influência alcançou o clero secular;

c) a Alta Idade Média acentuou as divergências da Igreja Oriental com Roma. A fragilidade militar e o fracasso de Bizâncio em seu projeto de expansão para o Ocidente, com o objetivo de restaurar seu poder até os limites do antigo Império Romano, isolou culturalmente os dois pólos. Cortados os liames políticos, no religioso o “Cisma do Oriente”, em 1054, iria se tornar inevitável;

d) na relação com o poder político, a Igreja da alta Idade Média suportou uma posição defensiva que se alterou a partir da concordata de Worms e que a manteve independente por algum tempo, especialmente durante a Idade Média Central.

Bibliografia

01. MOSCA, G. **História das Doutrinas Políticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
02. BATISTA, NETO. João. **História da Baixa Idade Média**. São Paulo: Ática, 1989.
03. BLOCH, M. **A sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70; 1979.
04. LE GOFF, J. **A civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Estampa, 1983. 2 V.
05. _____. J. **O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1985.
06. _____. **J. O Homem Medieval**. Porto: Provença, 1989.
07. _____. J. **Os Intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
08. MELLO, José Roberto. **O Cotidiano no Imaginário Medieval**. São Paulo: Contexto, 1992.
09. FRANCO JR., H. **A Idade Média**. O Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1986.
10. HUGHES, Philip. **História da Igreja Católica**. 2. ed. São Paulo: Dominus, 1962.